



Indicadores de Belo Monte

participação social

Percepção sobre a efetividade das ações encaminhadas nos comitês

Não há dados disponíveis.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Efetividade do Comitê

Cobertura: Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica sintetiza a percepção sobre a efetividade das ações encaminhadas nos comitês.

Como coletar:

É possível obter dados de percepção sobre os encaminhamentos a partir dos próprios registros oficiais das reuniões do CGI e subcomitês. Entrevistas com os diferentes membros e acompanhamento às reuniões do CGI permitem sistematizar as informações e contrastar diferentes visões. Se recomenda, no entanto, desenhar oficinas participativas especialmente focadas na coleta de dados de percepção.

Justificativa:

É importante acompanhar a percepção/satisfação dos membros do CGI com relação ao andamento dos encaminhamentos criados e a sua efetividade.

Canais de acesso à informação sobre a implementação dos equipamentos de saúde

Situação em fevereiro de 2015

As reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, instituídas pela Norte Energia no âmbito do Plano de Articulação Institucional como espaço para articulação técnica com os gestores municipais da Área de Influência Direta, foram mencionadas como um canal de acesso à informação sobre as ações do empreendedor, apesar da avaliação de que os dados apresentados não refletem a realidade local sobre temas como saúde, educação e assistência social, por exemplo.

Foi relatada insatisfação com a falta de informação sobre as condicionantes e seu cumprimento.

Há um desconhecimento sobre o site do Ibama como fonte de informação sobre o processo e, quando utilizado, relatou-se dificuldades no acesso a documentos sobre o licenciamento.

De acordo com a Norte Energia, a empresa realiza atividades para o acesso à informação da população por meio de seu Programa de Interação Social e Comunicação, tais como: a produção e distribuição de materiais de comunicação; visitas e mobilizações a partir de Agentes de Comunicação; serviço de atendimento telefônico gratuito "Belo Monte Aqui"; programa de rádio e plataformas digitais como o website, blog, perfis no Facebook e no Twitter .

No 7o Relatório Semestral, relata que um "tema relevante, a partir da emissão da LI, foram as obras de infraestrutura na região, (...) a divulgação da entrega à comunidade dos novos equipamentos sociais, como escolas e postos de saúde."

Tema: Saúde

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio

Fontes: Conselho Municipal de Saúde de Anapu, Conselho Municipal de Saúde de Senador José Porfírio, Conselho Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, Secretaria Municipal de Saúde de Anapu, Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, Secretaria Municipal de Saúde de Senador José Porfírio e Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Xingu

Palavras-chave: Área de Influência Direta (AID), Administração Pública Local, participação social, Transparência e

acesso à informação, Município de Altamira, Município de Anapu, Município de Vitória do Xingu, Município de Brasil Novo e Município de Senador José Porfírio

Descrição:

A métrica traz informações qualitativas sobre os canais de acesso à informação a respeito da implementação dos equipamentos de saúde.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A transparência e o acesso fácil à informação precisa e qualificada são fundamentais para o controle social da população sobre a implementação dos equipamentos de saúde na região, além de possibilitar que diferentes atores possam acompanhar as ações e interagir com o empreendedor e órgãos envolvidos.

Canais de acesso à informação sobre a implementação do saneamento básico

Município	Situação em fevereiro de 2015
Altamira Vitória do Xingu (sede e Belo Monte) Anapu (Belo Monte do Pontal)	<p>Em geral, o acesso à informação das instituições contatadas sobre a implementação do saneamento básico se dá via contato pessoal com representantes da Norte Energia ou de suas contratadas.</p> <p>As reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, instituídas pela Norte Energia no âmbito do Plano de Articulação Institucional como espaço para articulação técnica com os gestores municipais da Área de Influência Direta, foram mencionadas como um canal de acesso à informação sobre as ações do empreendedor, apesar da avaliação de que os dados apresentados não refletem a realidade local sobre temas como saúde, educação e assistência social, por exemplo.</p> <p>Foi relatada insatisfação com a falta de informação sobre as condicionantes e seu cumprimento.</p> <p>Há um desconhecimento sobre o site do Ibama como fonte de informação sobre o processo e, quando utilizado, relatou-se dificuldades no acesso a documentos sobre o licenciamento.</p> <p>De acordo com a Norte Energia, a empresa realiza atividades para o acesso à informação da população por meio de seu Programa de Interação Social e Comunicação, tais como: a produção e distribuição de materiais de comunicação; visitas e mobilizações a partir de Agentes de Comunicação; serviço de atendimento telefônico gratuito "Belo Monte Aqui"; programa de rádio e plataformas digitais como o website, blog, perfis no Facebook e no Twitter .</p> <p>No 7o Relatório Semestral, relata que um "tema relevante, a partir da emissão da LI, foram as obras de infraestrutura na região, com destaque expressivo para as obras de saneamento urbano em Altamira – para as quais foram desenvolvidas extensas campanhas de comunicação, com foco em Publicidade de Utilidade Pública, envolvendo diferentes mídias." e "a atenção ao tema das obras de infraestrutura aumentou de forma significativa a partir do 2º semestre de 2013, com o início das obras de saneamento básico na área urbana de Altamira, estendendo-se ao longo de 2014."</p>

Tema: Saneamento

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte (Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (Anapu)

Fontes: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira;, Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças de Anapu;, Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Altamira; e Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Vitória do Xingu;

Palavras-chave: participação social, Administração Pública Local, Município de Altamira, Município de Vitória do Xingu, Município de Anapu e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica traz informações qualitativas sobre os canais de acesso à informação a respeito da implementação da infraestrutura de saneamento básico.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A transparência e o acesso fácil à informação precisa e qualificada são fundamentais para o controle social da população sobre a implementação da infraestrutura de saneamento na região, além de possibilitar que diferentes atores possam acompanhar as ações e interagir com o empreendedor e órgãos envolvidos.

Caracterização dos espaços de acompanhamento e negociação

Caracterização dos espaços de acompanhamento e negociação, por espaço		
Municípios	Espaços de diálogo	Situação em Fev/2015
Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu	Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte	O Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte - FASBM tem caráter informativo e consultivo. Subdivide-se em comissões e comitês temáticos de acordo aos planos previstos no PBA, entre os quais está a Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida - CAPA. Instituída em 12/04/2011 a comissão realizou, até janeiro de 2015, 9 reuniões. Os representantes da sociedade civil e dos atingidos que participaram das reuniões apontam seu caráter consultivo como limitador, de forma a não verem suas demandas ou avaliações dos programas incorporadas aos processos e decisões.
	Mobilizações, reuniões comunitárias e eventos.	No segundo semestre de 2014 o empreendedor realizou mobilizações na zona rural, cujo objetivo foi a entrega de convites para a participação de reuniões e eventos. As reuniões que aconteceram ao longo do período tiveram como objetivo a entrega de material informativo e o esclarecimento sobre algumas ações do PBA. A população participante das reuniões aponta seu caráter informativo, por não haver espaço para a incorporação das demandas sugeridas pela população.
	Espaços de negociação coletiva	Para o caso dos atingidos na zona rural da Área Diretamente Atingida (ADA), as negociações são realizadas de maneira bilateral entre o empreendedor e as famílias. Não existe mediação de instituições públicas, movimentos sociais organizados ou representantes do poder judiciário. O Ministério Público Federal reuniu esforços a partir de novembro de 2014 para a composição de uma câmara de conciliação, com o intuito de mediar as negociações, mas sua formalização segue indefinida. A partir de janeiro de 2015 instituiu-se a ouvidoria itinerante da Defensoria Pública da União em Altamira, com o objetivo de acompanhar, sobretudo, casos de famílias atingidas na zona urbana do município. Grande parte das famílias atingidas na zona rural já foi indenizada e as que ainda estão em processo de negociação das propriedades continuam desassistidas.

Tema: Deslocamentos Compulsórios No Meio Rural

Subtema: Controle Social

Indicador: Espaços de acompanhamento e negociação

Fontes: Terra Legal - Altamira

Palavras-chave: Área de Influência Direta (AID), participação social e Rural

Descrição:

Métrica qualitativa, apresenta avaliação breve sobre os espaços existentes para o acompanhamento das atividades previstas no Programa de Atendimento à População Atingida, bem como espaços de negociação e esclarecimento aos atingidos.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A eficácia dos espaços de acompanhamento e negociação relacionados aos deslocamentos compulsórios na zona rural, são de importante monitoramento, uma vez que estes são importantes instrumentos informação e assistência às famílias atingidas.



Caracterização dos espaços de participação na reorganização do serviço e construção de equipamentos de saúde indígena

Espaço de participação	Situação em setembro de 2015
Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI)	<p>O CONDISI é um conselho paritário, com participação de representantes de todas as aldeias atendidas pelo DSEI/Altamira (titular e suplente). Os conselheiros têm acompanhado continuamente as ações de mitigação e compensação da UHE Belo Monte referentes à saúde indígena.</p> <p>Em sua Resolução nº21/2014, o CONDISI discute as medidas do PBA-CI e resolve sobre novo modelo de atendimento e na Resolução nº. 31/2015 consta a recomendação pela não emissão da Licença de Operação por falta de cumprimento da Resolução anterior e do PBA-CI.</p>
Comitê Gestor Indígena do PBA-CI (CGI)	<p>O CGI é um espaço com representação dos povos indígenas situados na área de influência da UHE Belo Monte, da Funai e da Norte Energia. Foi criado por demanda do Parecer nº21/2009 da Funai. O comitê acompanha todas as ações do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, inclusive o Programa Integrado de Saúde Indígena. Foram 9 reuniões desde sua criação.</p>

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação social na reorganização do serviço e construção de equipamentos de saúde indígena

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Trincheira-Bacajá, Terras indígenas na área de influência da UHE Belo Monte e Terra Indígena Xipaya

Fontes: Parecer nº 21/2009 (FUNAI), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e Resolução nº 21/2014 – CONDISI

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta uma caracterização dos espaços de participação social na região de Altamira que tenham relação com a reorganização do serviço de atendimento e construção de equipamentos de saúde indígena

Observações:

Ver também Matriz de Indicadores do Comitê Gestor Indígena do PBA-CI, projeto Indicadores de Belo Monte.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos citados como fontes de informação.

Justificativa:

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas estabelece a necessidade de funcionamento de uma instância de controle social em cada Distrito Sanitário Especial Indígena: os Conselhos Distritais de Saúde Indígena. Além de indicar a relação do Condisi Altamira com a condicionante de reestruturação do atendimento à saúde, esta métrica também mapeia outros espaços de participação social que abordam este tema.

Percepção sobre uso e ocupação do território

Não há dados disponíveis.

Tema: Regularização Fundiária Indígena

Subtema: Plena posse da terra

Indicador: Uso e ocupação

Cobertura: Terras indígenas na área de influência da UHE Belo Monte

Palavras-chave: questões indígenas, participação social e situação fundiária

Descrição:

Apresenta a percepção dos indígenas sobre seu uso do território e modos de ocupação tradicional.

Justificativa:

A conclusão dos processos de regularização fundiária das Terras Indígenas visa possibilitar o uso e ocupação dos povos indígenas sobre seus territórios livres de invasores, com segurança jurídica.

Caracterização dos espaços de acompanhamento

Espaços de acompanhamento	Situação em Outubro/2015
Conselhos Municipais de Meio Ambiente	Os municípios da AID contam com conselhos municipais do meio ambiente, exigência a ser cumprida para que se atinja uma das metas impostas pelo Programa Municípios Verdes. Tais espaços são presididos pelo Secretário municipal de meio ambiente e compostos tanto por representantes do poder público local, representantes de instituições públicas como IBAMA e SEMAS além de representantes da sociedade civil. É um espaço importante para a discussão das estratégias de gestão ambiental no âmbito municipal. De acordo as secretarias municipais de meio ambiente consultadas debates em torno do cumprimento das condicionantes do empreendimento não fazem parte da pauta dos conselhos.
Fórum de acompanhamento Social - Belo Monte	O Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte - FASBM - foi mencionado pelo empreendedor como um espaço importante para a divulgação de informações sobre o andamento do Programa de Gestão Ambiental do PBA. A Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB) que acompanha os programas ambientais foi criada em 2011 e até janeiro de 2015 reuniu-se 7 vezes.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Controle Social

Indicador: Envolvimento de espaços de participação na implementação/acompanhamento das ações de fiscalização

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) do Pará – Unidade Regional Xingu em Altamira e Secretaria municipal de meio ambiente de Brasil Novo

Palavras-chave: conservação ambiental, Transparência e acesso à informação, Administração Pública Local, participação social, Município de Altamira, Área de Influência Direta (AID), Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Medicilândia, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Gurupá, Município de Porto de Moz e Município de Uruará

Descrição:

Métrica qualitativa, apresenta breve análise dos espaços de acompanhamento e de participação para a gestão ambiental no âmbito municipal.

Como coletar:

Revisão de documentos, entrevistas com atores locais envolvidos no processo de cumprimento da condicionante.

Justificativa:

A eficácia dos espaços de acompanhamento relacionados à fiscalização e gestão ambiental deve ser monitorada uma vez que estes espaços exercem importante função como instrumentos controle social, ao permitir informação e participação de cidadãos e instituições diversas nas discussões e decisões sobre a gestão ambiental municipal.

Descrição da adequação do CVR aos povos indígenas participantes.

Situação em setembro de 2015

A adequação do CVR aos povos indígenas participantes, do ponto de vista do local onde as reuniões são realizadas, tem sido assunto de constante discussão no âmbito do comitê. No regimento interno ficou definida a realização das reuniões ordinárias do comitê preferencialmente nas aldeias. Durante o primeiro ano de funcionamento, entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, foram realizadas quatro reuniões ordinárias, rotativamente entre as aldeias Muratu, Paquiçamba, Furo Seco (TI Paquiçamba) e Terrawangã (TI Arara da Volta Grande do Xingu). No ano 2014 foram realizadas três reuniões ordinárias em Altamira. Em 2015 não houve ainda (até fim de setembro) reuniões ordinárias ou extraordinárias do Comitê, em parte por desentendimentos sobre o local a serem realizadas.

Em todas as reuniões de 2014, houve questionamentos à Norte Energia (NE) pelo fato de terem marcado a realização da reunião fora da aldeia. Na reunião ordinária 4, realizada na sede do Programa de Comunicação Indígena da NE em Altamira, a representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) e os indígenas Juruna e Arara da VGX questionaram a falta de planejamento da NE para providenciar transporte adequado, seja fluvial ou terrestre, para a realização da reunião nas aldeias, e também pelo fato de ter mudado o local e informado à Funai e indígenas apenas na véspera da reunião; os indígenas solicitaram receber diárias caso as reuniões fossem marcadas fora das aldeias. A 5ª reunião, foi marcada pela NE no Hotel Castelo, próximo a Altamira. Foi repetida a mesma solicitação que as reuniões fossem nas aldeias e no caso de serem na cidade fossem pagas diárias aos membros. Foi acertada a realização de reunião extraordinária na aldeia Muratu. Na 6ª reunião ordinária, no Hotel Castelo, novamente houve queixas pela não realização da reunião nas aldeias e os indígenas repetiram a demanda de pagamento de diárias.

A 7ª reunião ordinária, que seria a primeira de 2015, foi marcada com antecedência de um mês para realização na aldeia Terrawangã dos Arara da Volta Grande. Foi contudo remarcada pela NE para realização no Hotel Castelo em 13/08/2015. Os indígenas novamente apresentaram a sua discordância pela mudança de data e local e solicitaram diárias pelo deslocamento. NE e indígenas acordaram o pagamento de diárias e a reunião foi remarcada para a aldeia Muratu para 19/08/2015. Contudo, a reunião na aldeia não aconteceu por falta de quórum - não comparecimento dos representantes titulares das aldeias Terrawangã e Guaryduan (TI Arara VGX) da Aldeia Furo Seco (TI Paquiçamba) e da Norte Energia.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Critérios e Demandas

Indicador: Adequação do CVR aos povos indígenas participantes.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR e Indígenas da aldeia Muratu (TI Paquiçamba)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, questões indígenas e participação social

Descrição:

A métrica descreve a adequação do CVR aos povos indígenas participantes.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O contexto multiétnico e de diferentes experiências de contato e relação com a sociedade envolvente estabelecidas pelos povos indígenas na área do Trecho da Vazão Reduzida na Volta Grande do Xingu, colocam um desafio para o CVR como espaço de monitoramento e controle do Trecho da Vazão Reduzida. É importante acompanhar a forma como o CVR se adequa às particularidades dos diferentes povos indígenas na procura de gerar uma mais ampla participação e cumprimento dos seus objetivos.

Expedições indígenas de vigilância e controle territorial

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Proteção das Tis

Indicador: Fortalecimento político e organizacional dos indígenas para proteção das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17, Área indígena Ituna-itatá e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve e ressalta a avaliação das expedições de vigilância indígenas por TI

Como coletar:

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT)) lideranças indígenas e subcomitês.

Justificativa:

As expedições indígenas pelos seus territórios podem estar vinculadas com as estratégias de proteção no PPTI, especialmente as de tipo preventivo. É importante acompanhar como se dá a organização, frequência e vínculo com o restante dos componentes do Plano de Proteção Territorial

Número de aldeias e habitantes, por TI

Número de aldeias

Loading...

Número de habitantes

Loading...

Número de aldeias e habitantes, por TI

AI Juruna do km 17

	2015
Número de aldeias	1
Número de habitantes	ND

Terra Indígena Apyterewa

	2015
Número de aldeias	3
Número de habitantes	422

Terra Indígena Arara

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	58

Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	143

Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2015
Número de aldeias	6
Número de habitantes	477

Terra Indígena Cachoeira Seca

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	134

Terra Indígena Kararaô

	2015
Número de aldeias	1
Número de habitantes	58

Terra Indígena Koatinemo

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	192

Terra Indígena Kuruaya

	2015
Número de aldeias	3
Número de habitantes	190

Terra Indígena Paquiçamba

	2015
Número de aldeias	3
Número de habitantes	147

Terra Indígena Trincheira Bacajá

	2015
Número de aldeias	9
Número de habitantes	978

Terra Indígena Xipaya

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	145

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Gestão Territorial

Indicador: Gestão Territorial das Tis

Cobertura: Al Juruna do km 17, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena

Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Fontes: Sistema de Informações Geográficas (SIG) das Terras Indígenas do Médio Xingu e 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica descreve o número de aldeias e habitantes, por Terra Indígena

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA-CI e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 8 - Programa de Gestão Territorial]. (7) Entrar na pasta de número [8.1], e em [8.2]. (8) Buscar atualizações dos censos das aldeias]. Consultar também o SIG das Terras Indígenas do Médio Xingu www.sigtimx.com.br

Justificativa:

Um dos efeitos da chegada da UHE Belo Monte verifica-se na alteração do padrão de ocupação territorial, fragmentação de aldeias e atração à cidade, que foram previstos nos Estudos de Impacto Ambiental e Parecer 21 da Funai. É importante continuar acompanhando a dinâmica demográfica e socioespacial a partir dos dados de número de aldeias e habitantes, por TI.

Relação do Plano de Proteção Territorial com o Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Gestão Territorial

Indicador: Gestão Territorial das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica descreve a relação entre o PPTerra Indígena e o Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI

Como coletar:

Consultar pareceres técnicos da Funai sobre a relação entre o PPTI e PBA-CI. Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Licenciamento, CGLIC)), empresas executoras dos programas do PO-PBA-CI; Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas; Acompanhar discussões no Comitê Gestor Indígena do PBA-CI e subcomitês.

Justificativa:

O Plano de Proteção Territorial e o Programa de Gestão Territorial do PBA-CI procuram o fortalecimento na proteção e gestão territorial das Terras Indígenas afetadas pelo empreendimento Belo Monte. É importante acompanhar como estas duas ações dialogam, articulam e fortalecem para serem mais efetivas na mitigação de impactos e a promoção da posse plena das Terras Indígenas para os diferentes povos.

Avaliação sobre o envolvimento de espaços de participação social na implementação dos equipamentos de educação

Município	Situação em fevereiro de 2015
Altamira Anapu Brasil Novo Senador José Porfírio Vitória do Xingu	No que se refere ao acompanhamento das condicionantes, foi identificada preliminarmente a ausência de envolvimento dos Conselhos Municipais atuantes na área da educação. O Conselho Estadual de Educação do Pará também não possui envolvimento direto em discussões sobre as obras da Norte Energia em unidades escolares. Ainda resta entender melhor qual a participação da Câmara Técnica de Educação do PDRS Xingu na implantação dos equipamentos de educação pela Norte Energia.

Tema: Educação

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação social na implementação dos equipamentos de educação

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

Fontes: Conselho Estadual de Educação do Pará, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria Municipal de Educação de Altamira, Secretaria Municipal de Educação de Anapu, Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo, Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Xingu e Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio

Palavras-chave: participação social, Área de Influência Direta (AID), Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

A métrica traz informações sobre o envolvimento de espaços de participação social na implementação dos equipamentos de educação na região.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Acompanhar a atuação de espaços, como os Conselhos Municipais de Educação, na decisão e no acompanhamento de obras do empreendedor na infraestrutura de educação permite analisar o nível de controle social na região.

Espaços de Participação Indígena no PPTI

Comitê Gestor Indígena do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI):

Ainda que não componha o PBA-CI, o PEPTI vem sendo debatido no Comitê Gestor Indígena do PBA-CI, um espaço importante de participação que tem representação de todos os povos indígenas da área de influência da UHE Belo Monte, da Funai e da Norte Energia.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Controle social

Indicador: Participação Indígena nas etapas de implementação do PPTI

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Administração Pública Local, Área Indígena Juruna do km 17 e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica descreve os espaços de participação indígena no PPTI

Observações:

ver também Fichas das Métricas: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A participação e protagonismo indígena em diferentes aspectos da implementação do Plano de Proteção às TIs foi destacado pela Funai desde a criação do Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu. É importante acompanhar como essa participação se verifica na prática ao longo do tempo.

Avaliação sobre o envolvimento de espaços de participação social na implementação do saneamento básico

Município	Situação em fevereiro de 2015	Situação em maio de 2015
<p>Altamira</p> <p>Vitória do Xingu (sede e Belo Monte)</p>	<p>Não foram identificados espaços públicos de participação para o engajamento de organizações da sociedade civil e da população em geral na implantação do saneamento básico.</p> <p>Em Vitória do Xingu foi relatada a criação incipiente de um Comitê para elaboração do Plano Municipal de Saneamento.</p>	<p>[dados não coletados]</p>
<p>Anapu (Belo Monte do Pontal)</p>	<p>A coletar</p>	<p>Em Belo Monte do Pontal, foi formada uma comissão integrada por moradores para avaliar o recebimento do sistema de abastecimento de água.</p> <p>Não foram identificados outros espaços públicos de participação para o engajamento de organizações da sociedade civil e da população em geral na implantação do saneamento básico no município.</p>

Tema: Saneamento

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação social na implementação do saneamento básico

Cobertura: Altamira, Belo Monte (Vitória do Xingu), Belo Monte do Pontal (Anapu) e Vitória do Xingu

Fontes: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças de Anapu; Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Altamira; e Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Vitória do Xingu;

Palavras-chave: participação social, Área de Influência Direta (AID), Município de Altamira, Município de Anapu e Município de Vitória do Xingu

Descrição:

A métrica traz informações sobre o envolvimento de espaços de participação social na implementação da infraestrutura de saneamento básico na região.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Acompanhar a atuação de espaços participativos na decisão e no acompanhamento de obras do empreendedor na infraestrutura de saneamento básico permite analisar o nível de controle social na região.

Canais de acesso à informação

Terras Indígenas	Canais de acesso à informação - 2015
Apyterewa	<p>No website da <i>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i> é possível encontrar a situação atual de cada terra indígena, além de conhecer a dinâmica do processo de demarcação.</p> <p>http://www.funai.gov.br/</p>
Arara da Volta Grande do Xingu Cachoeira Seca do Iriri Paquiçamba (revisão)	<p>No painel de monitoramento <i>De olho nas terras indígenas</i>, do Instituto Socioambiental, há informações sobre o passo a passo do reconhecimento das áreas nas abas "Direitos territoriais" das fichas de cada Terra Indígena.</p> <p>http://ti.socioambiental.org/</p>
Área Indígena Paquiçamba (acesso ao reservatório) (aquisição) Área Indígena Juruna Km 17 (aquisição)	<p>Canais de comunicação para indígenas:</p> <p>Funai – presencial e via rádio</p> <p>Comitê Gestor Indígenas e Subcomitês Gestores Indígenas do PBA-CI</p> <p>Centro de Comunicação para os indígenas - Programa de comunicação indígena do PBA-CI</p>

Tema: Regularização Fundiária Indígena

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terras indígenas na área de influência da UHE Belo Monte

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Socioambiental (ISA) e Programa de Comunicação Indígena do PBA Componente Idígena (Norte Energia)

Palavras-chave: questões indígenas, Transparência e acesso à informação e participação social

Descrição:

Apresenta os canais existentes para encontrar informações sobre a regularização fundiária das Terras Indígenas no Brasil.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Pode-se encontrar informação publicada sobre o estado da regularização fundiária das Terras Indígenas no Brasil.



Participação na elaboração do Plano Anual

Situação em setembro de 2015

O Plano Anual de Trabalho, ou o Plano de Trabalho Detalhado, PTD, são instrumentos de planejamento que são periodicamente reajustados em função de melhorar a execução e a efetividade dos programas do PBA-CI.

O primeiro plano de trabalho a ser executado pelas empresas é baseado em Termos de Referência correspondentes diretamente ao Plano Operativo do PBA-CI. A partir do começo da execução dos trabalhos em campo em novembro de 2013, da reativação das reuniões do CGI em março de 2014, e especialmente da realização de subcomitês locais entre outubro e novembro de 2014 houve a oportunidade e necessidade de fazer diferentes ajustes à execução dos programas, contando com as demandas, necessidades, e reclamações específicas dos diferentes povos indígenas.

O planejamento anual para 2015, realizado diretamente pelos consultores das empresas executoras do PBA-CI, contou, portanto, com os aprendizados de campo desse período. Coloca-se a dificuldade, em vários casos, de otimizar a execução dos programas em campo contando com uma maior participação dos povos indígenas, e por outro, responder de forma estrita aos termos de Referência baseados no Plano Operativo do PBA-CI.

O CGI e subcomitês ainda não participam diretamente do planejamento anual de atividades. Representantes Juruna se queixam, na RO3 de dezembro de 2014, sobre o fato dos projetos não estarem sendo feitos em diálogo com as comunidades indígenas” e consequências no gerenciamento do tempo de execução do PBA-CI. Conforme Funai “o gerenciamento de tempo, diretamente ligado aos demais gerenciamentos previstos não pode considerar a execução das ações indigenistas por parte da Norte Energia S/A como sendo uma ação única. Explico: não é percebido, até por não ter sido apresentada a metodologia para esse gerenciamento de tempo, que os cronogramas incluem as atividades dos povos indígenas. O foco é contextualizado apenas na execução do PBA-CI, por parte das empresas contratadas. Conforme já citado, não inclui adequadamente as ações de infraestrutura em execução” (Funai IT233/2015, p.72)

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Controle social

Indicador: Participação social

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Plano Operativo acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI e Secretário do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e participação social

Descrição:

A métrica descreve a participação indígena na elaboração do Plano Anual do PBA-CI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de

instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

No arranjo de gestão, o Comitê Gestor Indígena é a instância máxima de tomada de decisão sobre o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena, de caráter consultivo, local de discussão e aprovação do Plano Anual de trabalho, através do planejamento anual participativo. A participação indígena tem o potencial de contribuir na busca de resultados mais efetivos na execução das diferentes ações de mitigação. É importante monitorar como o Comitê Gestor Indígena contribui no planejamento anual do PBA-CI.

Participação indígena no processo de regularização fundiária

Não há dados disponíveis.

Tema: Regularização Fundiária Indígena

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação indígena no processo de regularização fundiária

Cobertura: Terras Indígenas no Brasil

Palavras-chave: questões indígenas, Administração Pública Local e participação social

Descrição:

Apresenta espaços de participação social envolvendo os povos indígenas em relação a temas referentes à regularização fundiária das Terras Indígenas

Justificativa:

É fundamental que os Povos Indígenas sejam ouvidos em todas as decisões que afetem suas vidas, como estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Espaços coletivos de discussão sobre a educação

Associação de Pais e Mestres

Loading...

Conselhos Escolares

Loading...

Espaços coletivos de discussão sobre a educação¹

Altamira

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Associação de Pais e Mestres	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Conselhos Escolares	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Anapu

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Associação de Pais e Mestres	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Conselhos Escolares	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	20

Brasil Novo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Associação de Pais e Mestres	11	12	12	14	14	15	15	16	16	16	16
Conselhos Escolares	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Senador José Porfírio

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Associação de Pais e Mestres	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselhos Escolares	0	0	0	0	6	6	6	6	11	11	14

Vitória do Xingu

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Associação de Pais e Mestres	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselhos Escolares	0	0	0	6	9	10	11	11	9	11	10

1 - **ND:** não disponível

Tema: Educação

Subtema: Gestão escolar democrática

Indicador: Gestão escolar democrática

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Secretaria Municipal de Educação de Anapu, Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo, Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Xingu e Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio

Palavras-chave: participação social, Área de Influência Direta (AID), Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Brasil Novo, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

Apresenta o número de conselhos escolares e Associações de Pais e Mestres no município.

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação de cada município.

Justificativa:

Associações de Pais e Mestres (APM), conselhos escolares e outros espaços coletivos de discussão sobre a educação têm como objetivo garantir a participação da comunidade tanto escolar quanto local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas. Conselhos escolares são uma maneira de promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Unidade temporal: Ano

Unidade do dado: Em número de espaços

Avaliação sobre o envolvimento de espaços de participação na implementação do PACM

Situação em agosto de 2015

Foi relatado envolvimento pontual dos Conselhos Municipais de Saúde durante a definição do PACM. Convidados para as avaliações trimestrais de resultados, conselheiros participaram de forma mais intensa no início do processo.

Na avaliação dos técnicos e gestores contatados, tais espaços se envolvem quando há problemas e, portanto, a diminuição do número de casos de malária trouxe para a pauta outras endemias, como a dengue, por exemplo.

Em Vitória do Xingu, agentes de endemias exercem cargo de conselheiros, o que aproxima o Conselho dos desafios e avanços relativos ao controle da malária.

Há municípios em que os coordenadores do PACM também ocupam o cargo de conselheiros, como Anapu e Pacajá. No primeiro, o coordenador apresenta anualmente no Conselho o Plano Anual de Controle da Malária, e no final do ano, seus resultados. Já em Pacajá, encaminha um relatório de resultados no final de cada mês ao Conselho e ao presidente da Câmara dos Vereadores.

Tema: Malária

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação social na implementação do PACM

Cobertura: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

Fontes: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Norte Energia, Pareceres da

Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde sobre o Plano de Ações de Controle da Malária da UHE de Belo Monte, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, Secretaria Municipal de Saúde de Anapu, Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, Secretaria Municipal de Saúde de Senador José Porfírio, Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, Secretaria Municipal de Saúde de Pacajá e 10º Centro Regional de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde do Pará

Palavras-chave: Município de Vitória do Xingu, Município de Senador José Porfírio, Município de Pacajá, Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Altamira e participação social

Descrição:

A métrica apresenta uma avaliação sobre o envolvimento dos espaços de participação social na implementação do PACM.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

Princípio organizativo do Sistema Único de Saúde (SUS), a participação social está no centro da definição e implementação de políticas públicas na saúde. Acompanhar a atuação de espaços, como os Conselhos Municipais de Saúde, na decisão e no acompanhamento da implementação do PACM permite analisar o nível de controle social na região.

Taxa de prevalência de déficit nutricional em crianças menores de 5 anos

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Doenças e fatores de risco

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a taxa de prevalência de déficit nutricional em crianças menores de 5 anos, por povo indígena, nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A métrica permite acompanhar a evolução dos números de desnutrição infantil nas aldeias indígenas afetadas pela UHE Belo Monte

Outras ações de formação para a participação qualificada

Situação em Setembro de 2015

O trabalho desenvolvido nas TI Trincheira Bacajá e Apyterewa no convenio entre a Fundação Nacional do Índio e The Nature Conservancy-Brasil (TNC) voltados à discussão e elaboração dos Planos de Gestão dessas Terras Indígenas conforme estabelecido na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena.

A participação de indígenas das TI Xipaya e Kuruaya no Curso de Formação em Gestão Territorial nas Reservas Extrativistas da Terra do Meio, organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA)

A etapa preparatória (local) da Conferencia Regional sobre Política Indigenista CNPI, em Altamira, organizada pela Fundação Nacional do Índio e a FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Brasil).

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Fortalecimento institucional

Indicador: Ações de fortalecimento institucional.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Socioambiental (ISA), Verthic, Lideranças Xikrin, The Nature Conservancy - Brasil (TNC), Lideranças Xipaya e Conferencia Nacional de Política Indigenista - Etapa Regional Altamira

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica descreve brevemente algumas iniciativas regionais de fortalecimento institucional.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Além das ações de fortalecimento institucional contempladas dentro do PBA-CI, outras iniciativas na região incluem espaços de formação. É importante acompanhar outras experiências que, em conjunto, promovem uma participação mais qualificada.

Avaliação sobre o envolvimento de espaços de participação social na implementação dos equipamentos de saúde

Situação em fevereiro de 2015

Legalmente instituídos e atuantes, os Conselhos Municipais de Saúde contatados não puderam relatar seu histórico de engajamento na implementação dos equipamentos de saúde pela Norte Energia. A maioria dos conselheiros atua a partir de 2013, quando muitas obras já haviam sido entregues às prefeituras.

Foi relatado envolvimento de Conselhos no recebimento de algumas UBS, em alguns casos com participação na vistoria de qualidade realizada.

Em Relatório Semestral, a Norte Energia aponta que o Conselho Municipal de Saúde de Altamira atuou na definição de obras hospitalares a serem realizadas pelo empreendedor.

A Câmara Técnica de Saúde do PDRS Xingu é apontada como um espaço de discussão sobre a rede de atendimento em saúde da região, inclusive sobre as obras conduzidas pela Norte Energia para atendimento das condicionantes de saúde na AID.

Tema: Saúde

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação social na implementação dos equipamentos de saúde

Cobertura: Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio

Fontes: Conselho Municipal de Saúde de Anapu, Conselho Municipal de Saúde de Senador José Porfírio, Conselho Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, Secretaria Municipal de Saúde de Anapu, Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, Secretaria

Municipal de Saúde de Senador José Porfírio e Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Xingu

Palavras-chave: participação social, Área de Influência Direta (AID), Município de Senador José Porfírio, Município de Brasil Novo, Município de Vitória do Xingu, Município de Anapu e Município de Altamira

Descrição:

A métrica traz informações sobre o envolvimento de espaços de participação social na implementação dos equipamentos de saúde na região.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Princípio organizativo do Sistema Único de Saúde (SUS), a participação social está no centro da definição e implementação de políticas públicas na saúde. Acompanhar a atuação de espaços, como os Conselhos Municipais de Saúde, na decisão e no acompanhamento de obras do empreendedor na infraestrutura de saúde permite analisar o nível de controle social na região.

Processo de planejamento de gestão ambiental e territorial, por TI

Situação em outubro de 2015

O Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI contempla uma série de ações que visam apoiar as estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre TIs, vizinhos e UCs, fortalecendo a conservação etnoambiental. Entre elas, a:

Caracterização participativa das TIs e entorno;
Planejamento territorial e governança indígena das relações locais;
Arranjos institucionais e políticos para a gestão socioambiental compartilhada.

É importante destacar que as atividades do curso de Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena, atividade inicialmente não contemplada no Plano Operativo do PBA-CI, tem constituído um importante espaço formativo continuado no qual é necessário no processo de criação dos planos de gestão das Terras Indígenas.

Com relação a estas atividades de formação a Funai observa:

“As oficinas sobre ocupação territorial regional, que estavam previstas para serem realizadas nas aldeias no primeiro ano, foram re-adequadas como parte integrante do projeto de Formação em Gestão Ambiental e Territorial. A medida foi proposta pelo empreendedor, de modo a adequar as ações de formação que estavam dispersas em conjunto com a experiência do “Formar PNGATI”, executado pela Funai, MMA e parceiros.

Trata-se de proposta que foi aprovada pela Funai e que deve ser exaltada, já que além de buscar se aproximar de outras experiências que vem sendo executadas no país, demonstrou uma proatividade que não vem sendo comum ao empreendedor, de buscar adequar as ações aos contextos atuais.” (IT233/Funai/2015 p.130)

Na parte final da quarta etapa de formação, os indígenas desenvolveram exercícios de “planos de ação” de todas as Terras Indígenas.

Em seguida apresentamos uma breve síntese dos avanços no planejamento, por TI.

Terra Indígena (TI)	Estado de elaboração dos Planos de Gestão das Terras Indígenas (out/2015)
Apyterewa	<p>Etnomapeamentos realizados nas ações do PNGATI pela Funai em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC). O processo final de etnomapeamento foi validado pela Assembleia Parakanã em dezembro de 2014, quando houve devolução dos etnomapas aos indígenas. Com base nesses etnomapas, os Parakanã, a FUNAI, a TNC e outros atores potenciais, iniciaram as discussões e o planejamento para a construção do PGTA (Etnozoneamento e Arranjo Institucional).</p> <p>Os relatórios consolidados (RC) do PBA-CI também trazem informações sobre o Projeto de planejamento territorial:</p> <p>Apresentado diagnóstico socioambiental e calendário sazonal no 3º RC PBA-CI. Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Expedição territorial realizada a inícios de abril de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.</p>
Arara	<p>Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2006. Apresentado diagnóstico socioambiental e calendário sazonal no 3º Relatório Consolidado (RC) do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>

Arara da Volta Grande do Xingu	Atividades de monitoramento participativo da caça e pesca iniciadas em fev. 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada na TI Arara VGX e no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Araweté	Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2012. Apresentado diagnóstico socioambiental e calendário sazonal no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Relato de expedição territorial entre março e abril de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Cachoeira Seca	Elaboração do calendário sazonal. Intercâmbio com o povo Ikpeng da TI Parque do Xingu. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Juruna do km17	“Eleição área Juruna km 17 - Ação prevista como condicionante na LP, sem previsão de ação no PBA, uma vez que a questão fundiária do Juruna do Km 17 já deveria estar resolvida” (IT233/Funai/2015 p.121). Apresentado calendário sazonal no 4º RC do PBA-CI
Kararaô	Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2012. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI. Relatos de expedições territoriais, validação de etnomapas e calendários sazonais, entre maio e junho de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Koatinemo	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI Oficinas de etnomapeamento em fev. 2015. Oficinas de calendários sazonais em maio 2015. Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Kuruaya	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Validação de etnomapas e calendários sazonais em maio 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Paquiçamba	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Atividades de monitoramento participativo da pesca e caça desde março de 2014. Registrada “oficina síntese de monitoramento territorial” no 4º RC do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.

Trincheira Bacajá	<p>Etnomapeamentos realizados no âmbito dos estudos complementares da TI Trincheira Bacajá. O processo continuou com os Etnomapeamentos realizados nas ações do PNGATI pela Funai em parceria com a TNC (The Nature Conservancy Brasil). O processo final de etnomapeamento foi validado pela Assembleia Geral do povo Xikrin em dezembro de 2014, quando houve devolução dos etnomapas aos indígenas. Com base nesses etnomapas, os Parakanã, a FUNAI, a TNC e outros atores potencias, iniciaram as discussões e o planejamento para a construção do PGTA (Etnozoneamento e Arranjo Institucional).</p> <p>Os relatórios consolidados do PBA-CI também trazem informações sobre o Projeto de planejamento territorial, em especial: Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Xipaya	<p>Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2006. Apresentado diagnostico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Realizado intercâmbio com o povo Yudjá da TI Parque do Xingu. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Entorno das Tis	<p>Estudo do uso do solo no entorno das Tis apresentado no 4º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Gestão Territorial

Indicador: Gestão Territorial das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e The Nature Conservancy - Brasil (TNC)

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica descreve o processo de criação participativa dos planos de Gestão das Terras Indígenas

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. No caso específico das Terras Indígenas na área de influencia da UHE Belo Monte, o avanço dos

processos de planejamento e gestão ambiental das TIs tem o potencial de complementar os esforços de proteção territorial e fortalecer a capacidade de responder às transformações regionais. A PNGATI procura assegurar a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. É importante monitorar como esses processos avançam e consolidam na região de influência de Belo Monte por meio da construção de ferramentas participativas como etnomapeamentos, etnozoneamentos, calendários sazonais que estimulam a apropriação de elementos de planejamento e gestão territorial nos povos indígenas. em cada uma das Terras Indígenas afetadas.

Percepção sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Proteção das Tis

Indicador: Fortalecimento político e organizacional dos indígenas para proteção das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, Área indígena Ituna-itatá, Área Indígena Juruna do km 17 e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve a percepção sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial a partir de vários tipos de registros.

Como coletar:

Coletar a partir da sistematização de registros existentes sobre percepções indígenas e ameaças no contexto das reuniões do CGI, subcomitês, Comitê Gestor da Funai, Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial (Programa PG Terra Indígena do PBA-CI), pareceres da Funai, e avaliações junto ao programa GATerra Indígena da Funai e TNC. Recomenda-se o desenho de metodologias específicas para coleta destas informações em oficinas com os indígenas, seja no âmbito dos subcomitês, como de espaços de formação sobre gestão territorial.

Justificativa:

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. No caso específico das Terras Indígenas na área de influência da UHE Belo Monte, o avanço dos processos de planejamento e gestão ambiental das TIs tem o potencial de complementar os esforços de proteção territorial e fortalecer a capacidade de responder às transformações regionais. Atingir esses objetivos requer de um esforço contínuo de formação e fortalecimento organizacional. É importante acompanhar a percepção indígena sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial para monitorar a satisfação e efetividade com que os povos indígenas adotam um protagonismo qualificado na gestão e proteção dos seus territórios.

Participação indígena na gestão do mosaico

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Entorno das Tis

Indicador: Integração com Mosaico da Terra do Meio

Palavras-chave: participação social e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve a participação indígena na gestão do mosaico

Como coletar:

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM); Instituições coordenadoras da Rede Terra do Meio: Instituto Socioambiental (Programa Xingu); ICMBIO Altamira

Justificativa:

Art. 3º São diretrizes da PNGATerra Indígena - III - eixo 3 - áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas: c) promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas; e d) assegurar a participação da FUNAI nos conselhos gestores das unidades de conservação contíguas às terras com presença de índios isolados ou de recente contato. É importante portanto acompanhar como se dá a participação indígena na gestão do mosaico de Áreas Protegidas na área de influência de Belo Monte

Adequação do Plano de Proteção à PNGATI

Situação em outubro de 2015

O Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu (PEPTI) foi estruturado para ser implementado entre 2011 e 2013, prévio ao início de execução das ações do PBA-CI – o que não aconteceu, e prevendo que as ações de proteção deviam ser incorporadas dentro do PBA-CI. Em dezembro de 2013 iniciam as atividades de campo das empresas contratadas para executar os programas do PBA-CI entre eles, o Programa de Gestão Territorial Indígena, PGTI. Esse programa, e especialmente o Projeto Planejamento Territorial e Gestão Socioambiental Compartilhada, está estruturado segundo as diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, PNGATI. Contudo, o fato que a sua execução está desvinculada do Plano Emergencial de Proteção Territorial, dada a sua não implementação, faz com que as atividades de gestão estejam desvinculadas de ações de proteção, diminuindo a sua efetividade como medidas de mitigação de impactos.

Nesse sentido, a Informação Técnica 233/Funai/2015 pronunciou-se a respeito da avaliação da efetividade do PGTI sem a implementação do Plano de Proteção Territorial:

“O Programa de Gestão Territorial Indígena no PBA-CI está diretamente relacionado ao impacto do aumento da pressão sobre os recursos naturais existentes nas terras indígenas, em seu entorno e ao acirramento dos conflitos interétnicos, que ameaçam a manutenção da qualidade de vida dos povos indígenas.

Sua execução está, portanto, diretamente relacionada à execução do Plano de Proteção, condicionante da Licença Prévia, conforme previsto no Parecer no 21/CMAM/CGPIMA/09. É importante destacar que o Plano de Proteção não possui até o momento de fechamento da análise deste parecer elementos que comprovem sua execução, apresentando um atraso de mais de quatro anos.

Conseqüentemente, a execução e avaliação do PGTI torna-se prejudicada, já que o mesmo havia sido concebido com elementos de continuidade de algumas ações de monitoramento e prevenção de ilícitos advindos do Plano de Proteção. Como este não foi executado, resta a potencialização do impacto.” (p.118)

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Critérios e Demandas

Indicador: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Ofício 126/2011/Funai, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica descreve a adequação entre os diferentes componentes do plano e a PNGATI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de

instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas instituída pelo Decreto 7.747 de 2012 descreve os lineamentos que visam garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. é importante acompanhar como a implementação do PPTerra Indígena dialoga em termos gerais com o previsto na PNGATI

Envolvimento dos indígenas e ribeirinhos na definição e revisão do hidrograma de consenso no Trecho da Vazão Reduzida

Situação em setembro de 2015
Criação do Comitê, novembro de 2012. Representante da Leme Engenharia (coordenadora dos programas de monitoramento PBA) faz uma breve explicação do termo “hidrograma ecológico” com relação ao ponto 2 do regimento interno. Por sugestão da representante da Funai, no regimento incluiu-se uma breve definição do hidrograma ecológico além de explicitar os diferentes programas relacionados ao seu monitoramento.
1ª Reunião ordinária, dezembro de 2012. Representante da Funai observa pouca relação entre critérios de pesquisa de monitoramento, não ajustados com os indígenas. Juruna pedem cópia dos monitoramentos nas aldeias, sempre que realizados.
Reunião Informativa, abril 2013. Representante de Paquiçamba pergunta se haverá cheia no Rio Bacajá. Foi respondido que sim.
3ª Reunião ordinária, dezembro de 2013 (o tema não foi levantado nesta reunião)
4ª Reunião ordinária, fevereiro de 2014. Indígenas solicitam informação de monitoramento desde 2011 com dados de turbidez e nível da água. Funai questiona que técnicos da empresa responsável, Leme Engenharia, não estão presentes.
5ª Reunião ordinária, maio de 2014 (o tema não foi levantado nesta reunião)
6ª Reunião ordinária, dezembro de 2014. Técnico da Norte Energia (NE) apresenta o hidrograma ecológico. Representante da Leme responde os questionamentos. Representante de Paquiçamba se preocupa em que a vazão reduzida seja como as secas históricas e é respondido que haverá novos ciclos de seca/cheia e que a ideia é “imitar a natureza só que com menos água”. Representante Arara questiona qual é a garantia que a NE irá fazer isso e não privilegiar o lucro. É respondido que a forma de funcionamento da VGX foi aprovada em documento da Agência Nacional de Águas (ANA) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); outra garantia é a obrigação por seis anos de fazer monitoramentos para avaliar os impactos. Representante Arara demonstra descrédito com relação às garantias explicadas: “o que ocorreu na oitiva faz com que eles não descartem a hipótese de ocorrer novamente”. Representante da NE fala também do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu que irá até 2025. Representante da Funai questiona sobre a alternância entre os dois hidrogramas A e B. É respondido pela Leme: o que foi aprovado na ANA é que se trabalhará com 2 hidrogramas. Um ano se trabalha com vazão máxima de 4000 m ³ /s e no ano seguinte terá que garantir 8000 m ³ /s.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Controle social

Indicador: Participação social

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, questões indígenas, participação social e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica descreve as referências à participação indígena com relação ao estabelecimento do hidrograma de consenso.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

A primeira das condicionantes elencadas no Parecer 21 da Funai para a licença Prévia da UHE Belo Monte considera o empreendimento viável, se "(a) As mudanças sugeridas no EIA sejam rigorosamente implementadas, observando as questões e peculiaridades indígenas, especificamente sobre a necessidade de um hidrograma ecológico, que seja suficiente para permitir a manutenção dos recursos naturais necessários a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Em outras palavras, que o hidrograma ecológico (em especial os limites mínimos estipulados) considerado viável pelo Ibama permita a manutenção da reprodução da ictiofauna do Xingu e o transporte fluvial até Altamira, em níveis e condições adequados, evitando mudanças estruturais no modo de vida dos Juruna de Paquiçamba e dos Arara de Volta Grande podendo levar ao eventual deslocamento de suas aldeias" (p.94) É importante acompanhar como no CVR o tema da viabilidade do hidrograma de consenso é tratada.

Encaminhamentos por reunião

<p style="text-align: center;">Situação em setembro de 2015</p>
<p style="text-align: center;">Outubro de 2012: Reunião de criação do CGI (não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;">Novembro de 2012: 1ª reunião ordinária do CGI (não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;">Março de 2014, 2ª reunião ordinária do CGI</p> <p>Termo de Compromisso NE-Funai validado com os indígenas pronto para aprovação após verificação dos departamentos jurídicos da NE e Funai Agendada reunião extraordinária para avaliar alterações ao regimento interno do CGI</p>
<p style="text-align: center;">Março de 2014, 1ª reunião extraordinária do CGI</p> <p>Aprovada alteração de periodicidade do CGI e a criação de 9 subcomitês. Ingresso de novas associações não aprovada, por votação. Representantes da Ilha da Fazenda manifestam interesse em participar do Subcomitê da Volta Grande e Representante da Ass. Typoremô quer fazer parte do Subcomitê de Índios Citadinos e Ribeirinhos</p>
<p style="text-align: center;">Julho de 2014, 3ª reunião ordinária do CGI</p> <p>Solicitação de estrutura para apoiar os trabalhos da secretaria CGI Recomendação para Funai consultar CGI antes de emitir pareceres. Recomendação para Funai acompanhar melhor as atividades de campo do PBA-CI Recomendação para analisar detidamente o andamento do Programa de Atividades Produtivas nos Subcomitês Indígenas solicitam que NE apresente cronograma de construção de escolas nas reuniões dos subcomitês NE pede a Agrar todos os relatórios do PAP para encaminhar à Funai. Funai promete enviar relatório interno sobre avaliação do PAP para o CGI e tomar medidas perante o descumprimento do PBA-CI Indígenas solicitam esclarecer responsabilidades institucionais de cada órgão nas ações do PBA-CI para não ficar confuso Funai solicita cópias dos projetos à NE para organizar fiscalizações. Solicitação para NE apresentar cronograma das construções. CGI recomenda agilidade na conclusão da construção da Casai CGI recomenda agilidade na assinatura do termo de compromisso entre Ministério de Saúde e Norte Energia para implementar reorganização do atendimento à saúde indígena Indígenas solicitam remarcar apresentação do Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial incluindo informação detalhada por aldeia Recomendação pra fiscais informem às comunidades seguindo protocolo do Programa de Comunicação para Não Indígenas. Propor junto à Funai um curso de manutenção de motores. Levar discussão sobre o Plano de Proteção Territorial ao Comitê Regional da Funai CGI recomenda por meio da Casa de Governo recursos para a Funai contratar servidores. Marcada reunião extraordinária para analisar formas de ingresso de novos membros ao comitê</p>
<p style="text-align: center;">Dezembro de 2014, 2ª reunião extraordinária do CGI</p> <p>Ingresso de novas associações não aprovada, por votação</p>

Dezembro de 2014, 4ª reunião ordinária do CGI

Sugestão de disponibilizar atas do CGI por meio do Programa de Comunicação do PBA-CI
Funai se compromete a submeter o parecer para a LO ao CGI e sugere seminário participativo para avaliação dos programas do PBA-CI.

NE sugeriu conversar com indígenas e Semed para conferir os projetos das escolas

Verthic se compromete a refazer o curso de videoastas entre os Juruna

NE confirma que está acertado fazer reboco interno nas casas até 1.80m.

NE enviará equipes de fiscalização nas aldeias para verificar problemas com construções

Abril de 2015, 5ª reunião ordinária do CGI

CGI aprova recomendação à Funai e Ibama para não autorizar Licença de Operação por descumprimento de condicionantes.

Recomendação para rever o PBA.

Sugestão que o PG-PBA-CI esteja com uma instituição diferente à executora dos programas.

CGI recomendou à Funai e Ibama para não liberar a LO sem ter um plano de proteção territorial operativo

Agosto de 2015, 3ª reunião extraordinária do CGI

NE irá incluir detalhamento dos projetos de construção de alojamentos para informar à Funai.

NE e indígenas solicitam maior acompanhamento do Dsei na construção de infraestruturas sanitárias

Recomendação à NE para prestar contas de recursos destinados a projetos culturais dentro do Plano Emergencial, por aldeia

Solicitação à Funai encaminhar pedido ao MME para fornecimento de energia elétrica nas aldeias

Realização de reunião/GT para tratar de acesso de indígenas não aldeados aos programas do PBA-CI

Discutir realocação e áreas a partir das associações no âmbito do GT do Pedral

Indígenas elaborarão contra proposta sobre alguns pontos do Plano de Proteção Territorial: localização de UPT e formação de indígenas.

Formada Comissão para discutir com Prefeitura um píer próximo à Funai, Museu do Índio e Mercado.

Funai pede esclarecimentos à NE sobre a paralização do PBA-CI ao mesmo tempo em que Norte Energia está solicitando Licença de Operação para a UHE Belo Monte

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Efetividade do Comitê

Cobertura: Altamira indígena, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, articulação institucional, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica traz um resumo dos "encaminhamentos" produzidos no CGI, por reunião.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Nas reuniões ordinárias e extraordinárias o Comitê Gestor Indígena produz uma série de “encaminhamentos” sob a forma de decisões, de recomendações, de criação de subcomissões e de grupos de trabalho ou de notas técnicas. É importante monitorar os encaminhamentos produzidos no Comitê Gestor Indígena ao longo do tempo para poder acompanhar como evoluem os encaminhamentos questionados ou propostos em cada reunião.

Influência indígena nos processos de licenciamento e na construção de políticas públicas específicas

Situação em setembro de 2015

Destaca-se que na RO3, de julho de 2014, o CGI recomenda à Funai consultar o CGI antes de emitir pareceres. Na RO4, de dezembro de 2014, Funai compromete-se a submeter o parecer para a Licença de Operação da UHE Belo Monte ao CGI e sugere seminário participativo para avaliação dos programas do PBA-CI.

A Informação 233/2015 da Funai, preparada para responder à solicitação da LO, destaca, dentro da descrição metodológica para a elaboração do parecer, a realização de oficinas participativas de avaliação do PBA-CI nas aldeias das TI Paquiçamba, Arara da VGX em abril de 2015 e o seminário técnico em Altamira junto aos representantes indígenas do CGI em julho de 2015.

A Funai destaca na Informação 233/2015 a importância da participação: “A Funai, como órgão indigenista oficial, responsável por coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista procura fomentar e aplicar as premissas previstas na legislação nacional e internacional acerca dos direitos indígenas, especialmente em relação à necessidade de diálogo, de oitiva e de consulta aos povos indígenas, na aplicação de medidas que possam modificar (positivamente e negativamente) o dia-dia, as práticas socioculturais e outros aspectos dos povos indígenas.

Em processos de licenciamento ambiental a Funai procura e possui procedimentos para permitir a participação dos povos, buscando promover um diálogo de boa-fé. Ressalta-se, entretanto, que os procedimentos dentro dos processos de licenciamento ambiental não atendem inteiramente o disposto na Convenção 169/OIT” (p.353).

O resultado das oficinas participativas e os lineamentos básicos do parecer da Funai para a LO foram apresentados aos indígenas na RE3 de agosto de 2015. Uma das recomendações da Funai refere-se à revisão do PBA-CI e o seu Plano Operativo, conforme tinha sido também recomendado pelo CGI na RO4 em dezembro de 2014.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Empoderamento Indígena

Indicador: Articulação política entre Tis

Cobertura: Altamira indígena, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Acompanhamento às reuniões do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica reúne referências à influência indígena nos processos de licenciamento e na construção de políticas públicas específicas.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação .

Justificativa:

O Comitê Gestor Indígena (CGI) é um espaço importante de controle social sobre a avaliação de impactos do

empreendimento e as suas medidas de mitigação. É relevante monitorar como as reflexões dos povos indígenas do Médio Xingu e as ações do CGI influenciam nos processos de licenciamento e nas políticas públicas na região.

Percepção sobre a frequência e qualidade da participação por povo, por gênero

Situação em setembro de 2015

Com relação à dinâmica da participação indígena no CGI nos referimos à análise descrita na Informação 233/2015 da Funai:

“Apesar de sua instalação, em 2012, o comitê só voltou a se reunir em 2014, após diversas pressões por parte dos indígenas. À época, o secretário executivo, que é o responsável pela gestão do Comitê, era da empresa Norte Energia S/A e não havia qualquer justificativa para a não convocação do mesmo.

Em 2014, com a mudança do secretário executivo [para um representante indígena], o comitê passa por algumas mudanças, consideradas pela Funai como necessárias e pertinentes, como a criação dos subcomitês, que discutiriam as questões locais em âmbitos locais. A partir de então, o comitê ganha uma regularidade, que vem sendo observada já neste ano de 2015” (p.39).

Os relatórios de andamento do PBA-CI apresentados pelo empreendedor destacam um efeito positivo da criação dos subcomitês para melhorar a representatividade da participação e a qualidade de acompanhamento ao andamento local dos diferentes programas. Na reunião ordinária 5, em abril de 2015, foram as próprias lideranças Xipaya elogiaram publicamente a participação de cada vez mais pessoas de todos os diferentes povos nas discussões do CGI comentando que no início poucas pessoas falavam nas plenárias.

Ha contudo uma muito baixa representação feminina nas reuniões do CGI, restrita a algumas poucas lideranças Juruna, indígenas não aldeados e “cidadinos”. A participação por faixa etária, apesar de não existir dados sistematizados, pelo acompanhamento às reuniões do CGI, destacam-se apenas alguns “velhos” representantes Xikrin e Kararaô que fazem as suas intervenções nas línguas nativas. A maior parte dos representantes indígenas são jovens na faixa dos 20 e 30 anos. O efeito dos subcomitês permite, nesse sentido, uma maior participação por gênero e faixa etária independentemente do grau de contato e barreiras lingüísticas.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Empoderamento Indígena

Indicador: Participação por povo indígena, situação de contato e gênero.

Cobertura: Altamira indígena, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e Al Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e questões indígenas

Descrição:

A métrica reúne e descreve referências à percepção sobre a frequência e qualidade da participação por povo, por gênero.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A diversidade e complexidade do contexto dos povos indígenas na área de influência de Belo Monte envolve considerar as diferenças étnicas, de situação de contato, além das diferenças e particularidades com relação a idade e gênero. É importante acompanhar como a participação no CGI reflete essas diferenças.

Fluxo de pautas ou encaminhamentos entre CGI e outros espaços de controle social

Situação em Setembro de 2015

Pautas e encaminhamentos no escopo do Comitê de Vazão Reduzida levados ao CGI.

Preocupação com monitoramentos ambientais adequados dos impactos a jusante do barramento Pimental; Preocupações Xikrin com impactos e falta de monitoramento na TI Trincheira Bacajá (RO2, mar 2014); Queixas dos Juruna por que a empresa coordenadora dos monitoramentos não comparece às reuniões do Comitê do Trecho da Vazão Reduzida, CVR (RO4, dez 2014); Preocupação com descontinuidade nos monitoramentos é colocada e pauta pela Funai, Juruna e Arara VGX (RO3, ago. 2015)

2. Abrangência do PBA-CI

Participação de ribeirinhos da Volta Grande do Xingu nos programas de mitigação de impactos (demanda presente em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI)

Subsistência e mudança de modos de vida a jusante do barramento Pimental

Preocupações com a pesca e com problemas na execução dos projetos de subsistência do Programa de Atividades Produtivas (RO2 mar 2014; RO3 jul. 2014; RO4 dez 2014; RE3 ago. 2015)

Recomposição da Infraestrutura Vial

Demanda por construção e reformas e manutenção de acessos terrestres na TI Trincheira Bacajá (TITB) e Arara VGX dada afetação da navegabilidade nos rios Xingu e Bacajá.

Pautas e encaminhamentos no escopo do Condisi levados ao CGI.

Qualidade da água e saneamento básico na Volta Grande e Trincheira Bacajá. A preocupação manifestada na reunião de criação do CVR foi também assunto tratado no Condisi, levado à segunda Reunião Ordinária do CGI em 2014 e às duas reuniões do CGI em 2015. O CGI em geral tem estado atento ao andamento dos projetos de infraestrutura sanitária e UBS, em toda a área de influência da UHE Belo Monte, cobrando agilidade nas construções e adequação aos desenhos definidos pela Sesai.

Solução definitiva para a Casai. Assunto comum na pauta do Condisi tem sido levado continuamente às reuniões do CGI cobrando que uma solução definitiva seja dada conforme previsto no PBA-CI e debatido no âmbito do Condisi.

Organização do serviço de Saúde. CGI na RO3 (jul. 2014) recomendou agilidade na assinatura do termo de compromisso entre Ministério de Saúde e Norte Energia para implementar reorganização do atendimento à saúde indígena conforme Resolução 21 do Condisi.

Pautas e encaminhamentos do CGI levados ao Comitê Regional da Funai.

Plano de Proteção Territorial. O tema da formação de indígenas para trabalharem na proteção territorial é recomendado que seja tratado no Comitê Regional da Funai, na RO3 jul. 2014.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Protagonismo indígena

Indicador: Protagonismo indígena em outros espaços.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Plano Operativo acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, Acompanhamento às reuniões do CGI, Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI, Secretário do CGI e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CONDISI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e participação social

Descrição:

A métrica descreve pautas e encaminhamentos no escopo do Comitê da Vazão Reduzida e Condisi, levados ao CGI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O Comitê Gestor Indígena (CGI) tem um papel relevante no contexto de outros espaços de participação e controle social indígena. É importante monitorar como o CGI recebe e eventualmente encaminha as pautas que também estão no escopo de outros espaços de participação indígena na região.

Iniciativas de consulta prévia, livre e informada nos espaços do CGI e subcomitês

Situação em Setembro de 2015

Não há registro de processos formais de consulta prévia no espaço do CGI e subcomitês sobre a execução do Plano Operativo (PO) em substituição ao PBA-CI.

Além disso, há também queixa da não participação indígena sobre processos do PBA-CI, como a construção de infraestrutura nas aldeias e sobre os projetos de subsistência e atividades produtivas, que incluam as necessidades e demandas das comunidades.

Na RO3 o CGI recomenda à Funai consultar e informar o comitê antes de emitir pareceres e planos.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Consulta prévia

Indicador: Processos de consulta no CGI e subcomitês

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya e Al Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério Público Federal em Altamira, Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve eventuais processos formais e referencias a procedimentos de consulta, no âmbito do CGI.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Conforme o Decreto 5.051 que promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, o Artigo 6 dispõe o dever do governo em consultar aos povos interessados e garantir a participação livre "na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes". É importante acompanhar como o CGI como espaço de gestão, participação e controle social eventualmente adota processos formais de consulta prévia, e em geral, como é mencionado o princípio da consulta nesse espaço.

Número de indígenas matriculados em universidades, por curso e gênero

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Acesso à educação básica e superior

Indicador: Acesso ao ensino superior

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, participação social, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Número de indígenas matriculados em universidade, distinguindo-se os cursos e o gênero dos estudantes.

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com as Secretarias Municipais de Educação da região e com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC)

Justificativa:

A região apresenta demanda dos povos indígenas por ensino superior. O monitoramento permite entender que cursos estão sendo procurados, a fim de que se possa planejar a oferta e mecanismos de incentivo ou ações afirmativas para o acesso à universidade

Ações de fortalecimento institucional no PBA-CI voltadas ao CGI e subcomitês

Situação em Setembro de 2015

A partir do início da execução dos programas do PBA-CI houve uma série de ações do Programa de Gestão e Programa de Fortalecimento Institucional voltadas a melhorar o conhecimento sobre o funcionamento do CGI, subcomitês e com isso contribuir para uma participação indígena mais qualificada.

Entre as ações, no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI (Jul. 2014) destacam-se:

A realização de reuniões por rota para explicar o PBA-CI e o funcionamento do Comitê Gestor (CGI) e definir como a comunidade vai monitorar e opinar na implementação dos programas
Oficina em cada Terra Indígena, na Volta Grande do Xingu e p/ os moradores de Altamira sobre aspectos legais e organizacionais de associações e cooperativas

No 4º RC do PBA-CI destacam-se:

Continuidade das reuniões por rota para explicar funcionamento do PBA-CI, CGI e subcomitês de acompanhamento às ações do PBA-CI.

Aprofundamento sobre os diferentes programas em 10 reuniões de subcomitês.

No 5º RC (Fev. 2015) do PBA-CI destacam-se:

Continuidade das reuniões por rota para explicar funcionamento do PBA-CI, CGI e subcomitês de acompanhamento às ações do PBA-CI.

Início de ações de fortalecimento institucional nas aldeias da TI Trincheira Bacajá.

Elaboração de proposta metodológica para qualificação de conselheiros.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Fortalecimento institucional

Indicador: Ações de fortalecimento institucional.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Verthic, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: articulação institucional, questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Xipayá, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17, TI Paquiçamba, TI Kararaô, TI Koatinemo e TI Trincheira Bacajá

Descrição:

A métrica traz uma síntese das ações de fortalecimento institucional voltadas ao CGI e subcomitês.

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório do PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 5 - Programa de

Fortalecimento Institucional]. (7) Buscar ações de fortalecimento institucional voltadas ao CGI e subcomitês.

Justificativa:

O PBA-CI (p.87) contempla que para que a participação indígena no Acompanhamento da Implementação dos Planos, Programas e Projetos Ambientais e Etnoecológicos seja efetiva, além da escolha dos representantes dos respectivos povos, é preciso capacitá-los para que possam participar de forma qualificada, dando-lhe instrumentos para a compreensão dos planos, projetos e programas, relatórios e demais informações sobre sua implementação. Estas ações estão contempladas no Programa de Fortalecimento Institucional. É importante acompanhar o andamento das ações de capacitação dos indígenas para uma melhor compreensão e monitoramento dos programas do PBA-CI.

Percepção sobre articulação política entre TIs

Não há dados disponíveis.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Empoderamento Indígena

Indicador: Articulação política entre TIs

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica reúne e sistematiza referências à percepção sobre a articulação política entre TIs

Como coletar:

É possível obter dados de percepção sobre a articulação política entre TIs a partir dos próprios registros oficiais das reuniões do CGI e subcomitês. Entrevistas com os diferentes membros e acompanhamento às reuniões do CGI, permitem sistematizar as informações e contrastar diferentes visões. Se recomenda, no entanto, desenhar oficinas participativas especialmente focadas na coleta de dados de percepção.

Justificativa:

Conforme o PBA-CI a troca de experiências, articulação e aprendizado conjunto entre os indígenas estimula a procura de soluções para os problemas comuns. A maior inter-relação entre TIs constitui um fator de fortalecimento das organizações dos povos nas aldeias, Terras Indígenas e subáreas (rota Xingu, rota Iriri, Volta Grande, Bacajá, presença urbana e ribeirinha)

Canais de acesso à informação sobre a implementação dos equipamentos de educação

Município	Situação em fevereiro de 2015
<p>Altamira</p> <p>Anapu</p> <p>Brasil Novo</p> <p>Senador José Porfírio</p> <p>Vitória do Xingu</p>	<p>As reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, instituídas pela Norte Energia no âmbito do Plano de Articulação Institucional como espaço para articulação técnica com os gestores municipais da Área de Influência Direta, foram mencionadas como um canal de acesso à informação sobre as ações do empreendedor, apesar da avaliação de que os dados apresentados não refletem a realidade local sobre temas como saúde, educação e assistência social, por exemplo.</p> <p>Foi relatada insatisfação com a falta de informação sobre as condicionantes e seu cumprimento.</p> <p>Há um desconhecimento sobre o site do Ibama como fonte de informação sobre o processo e, quando utilizado, relatou-se dificuldades no acesso a documentos sobre o licenciamento.</p> <p>De acordo com a Norte Energia, a empresa realiza atividades para o acesso à informação da população por meio de seu Programa de Interação Social e Comunicação, tais como: a produção e distribuição de materiais de comunicação; visitas e mobilizações a partir de Agentes de Comunicação; serviço de atendimento telefônico gratuito "Belo Monte Aqui"; programa de rádio e plataformas digitais como o website, blog, perfis no Facebook e no Twitter .</p> <p>No 7o Relatório Semestral, relata que um "tema relevante, a partir da emissão da LI, foram as obras de infraestrutura na região, (...) a divulgação da entrega à comunidade dos novos equipamentos sociais, como escolas e postos de saúde."</p>

Tema: Educação

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio

Fontes: Conselho Estadual de Educação do Pará, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e Cidade de Altamira, Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Secretaria Municipal de Educação de Altamira, Secretaria Municipal de Educação de Anapu, Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo, Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Xingu e Secretaria Municipal de Educação de Senador José Porfírio

Palavras-chave: Administração Pública Local, participação social, Município de Altamira, Município de Anapu, Município de Vitória do Xingu, Município de Brasil Novo, Município de Senador José Porfírio, Área de Influência Direta (AID) e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica traz informações qualitativas sobre os canais de acesso à informação a respeito da implementação dos equipamentos de educação.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

A transparência e o acesso fácil à informação precisa e qualificada são fundamentais para o controle social da população sobre a implementação dos equipamentos de educação na região, além de possibilitar que diferentes atores possam acompanhar as ações e interagir com o empreendedor e órgãos envolvidos.

Canais de informação sobre as ações de fiscalização

Situação em Outubro/2015	
Canais de acesso à informação	Não foram identificados canais de acesso à informação sobre as ações de fiscalização ambiental realizadas pelo IBAMA, SEMAS ou prefeituras municipais que disponibilizem dados para os cidadãos. No âmbito do cumprimento da condicionante 2.21, as informações constam nos relatórios semestrais de andamento do PBA e nos pareceres emitidos pelo órgão licenciador (IBAMA), disponíveis na página web deste último.

Tema: Fiscalização Ambiental

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: PDRSX (11 municípios)

Fontes: Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia, Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) e Escritório Regional do IBAMA em Altamira

Palavras-chave: Transparência e acesso à informação, participação social, conservação ambiental, Área de Influência Direta (AID), Município de Altamira, Município de Brasil Novo, Município de Anapu, Município de Senador José Porfírio, Município de Vitória do Xingu, Município de Medicilândia, Município de Placas, Município de Pacajá, Município de Uruará, Município de Gurupá, Município de Porto de Moz e Administração Pública Local

Descrição:

Métrica qualitativa apresenta breve descrição sobre os canais de acesso à informação referente à fiscalização ambiental e implementação da condicionante.

Como coletar:

Revisão de documentos, entrevistas com atores locais envolvidos no processo de cumprimento da condicionante.

Justificativa:

A transparência condição para a participação informada da população e instituições locais no processo de licenciamento e implementação de grandes obras. A avaliação da eficácia dos canais de acesso à informação disponíveis pode contribuir para a identificação de seu bom desenvolvimento, gargalos e possível melhoria dos serviços e espaços de informação/orientação à população.